

BOAS PRÁTICAS



A sombra das revistas predatórias no Brasil

Estudo mostra quantos pesquisadores do país publicam em periódicos com práticas suspeitas

Um estudo feito por pesquisadores da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) analisou a penetração na comunidade científica do país das chamadas revistas predatórias, periódicos internacionais de acesso aberto que adotam critérios frouxos para selecionar *papers*, bastando que os autores paguem para vê-los publicados. Em um artigo divulgado em julho na revista *Scientometrics*, o grupo compilou a produção científica entre 2000 e 2015 dos brasileiros com título de doutor cadastrados na plataforma de currículos Lattes – o total foi de 2,3 milhões de publicações de 102.969 pesquisadores. Com base nessas informações, foram rastreados os artigos difundidos em periódicos suspeitos.

Um dado alentador é que tais revistas seduzem uma fração pequena de autores brasileiros – entre 0,26% e 0,49% do total de artigos publicados, dependendo dos critérios adotados. O grupo da UFRGS selecionou três parâmetros para identificar periódicos com práticas controversas. Um deles foi a menção ao título da revista em uma listagem de mais de 1,5 mil publicações suspeitas, produzida entre 2010 e 2017 pelo biblioteconomista norte-americano Jeffrey Beall, da Universidade do Colorado. Apenas

0,49% dos artigos estavam em revistas inseridas nesse índice. Tal critério, contudo, é polêmico – o próprio Beall, um crítico do acesso aberto, aboliu a lista depois de ser ameaçado com processos por editoras que se sentiam injustiçadas.

Para prevenir vieses, os pesquisadores adotaram cuidados extras. Primeiro, combinaram dois parâmetros diferentes: não bastava o periódico fazer parte da lista de Beall, mas também era necessário que estivesse ausente do Diretório de Revistas de Acesso Aberto (Doaj), que exige de seus afiliados a adoção de normas básicas de qualidade, como a existência de revisão por pares dos manuscritos. Analisando esses dois critérios, o percentual de artigos brasileiros divulgados em revistas possivelmente predatórias caiu para 0,44% do total. Por fim, associou-se um terceiro critério, que é a inexistência de avaliação do impacto da publicação por meio de indicadores de citações como o *Journal Citation Reports*, vinculado à base Web of Science, ou do *Scientific Journal Rankings*, do grupo espanhol Scimago – quanto mais precário é o periódico, menor costuma ser a chance de ser citado. As publicações que se encaixavam nas três características representaram 0,26% do total.

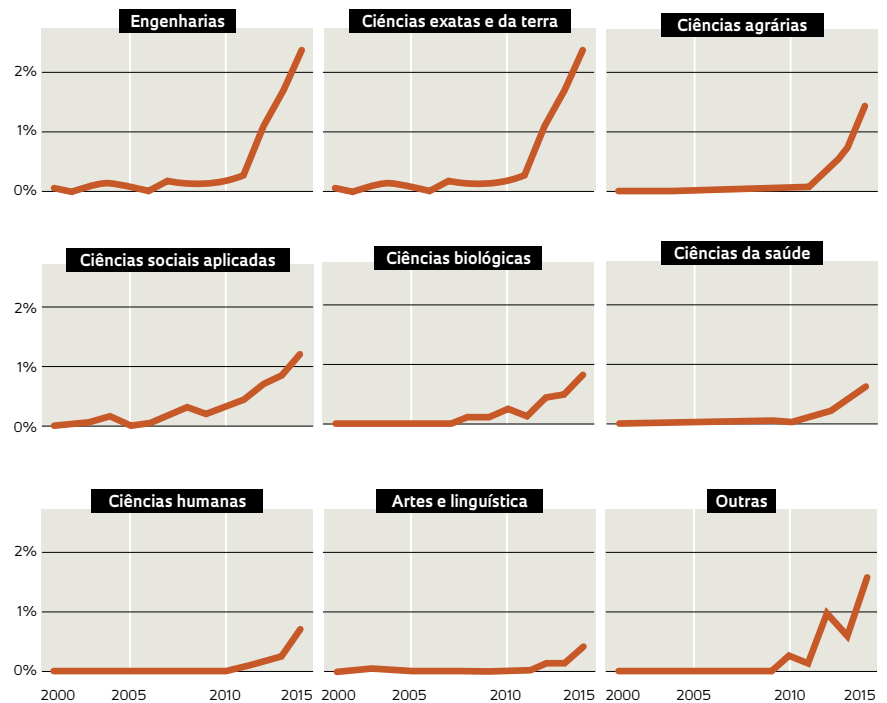
Embora a penetração das revistas predatórias seja restrita, o estudo apontou motivos de preocupação. Um deles é que vem crescendo o número de autores brasileiros que recorrem a esses periódicos. “Entre 2010 e 2015, triplicou o número de artigos de brasileiros em revistas listadas por Jeffrey Beall”, diz o engenheiro Denis Borenstein, especialista em pesquisa operacional aplicada, um dos autores do estudo. O dado mais delicado, porém, é que várias revistas apontadas como predatórias estavam presentes no sistema Qualis Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que classifica cerca de 30 mil publicações para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação do Brasil. “Em todas as áreas do conhecimento, havia revistas recomendadas pelo Qualis que se encaixam nos três critérios adotados por nós para identificar práticas predatórias. Nenhuma delas têm conceito elevado, mas o fato de valerem algo na avaliação estimula pesquisadores a submeterem artigos a elas”, explica Borenstein.

AValiação QUADRIENAL

A classificação do Qualis Periódicos é atualizada anualmente por comitês de especialistas de 49 áreas responsáveis pela avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação brasileiros. Talita Moreira de Oliveira, coordenadora-geral de atividades de apoio à pós-graduação da Capes, explica que os membros desses comitês fazem um esforço contínuo para identificar publicações predatórias e eliminam várias delas a cada ano, mas, com a entrada constante de novos periódicos, o trabalho nunca termina. “Quando uma revista não é indexada em bases internacionais, tentamos avaliar de outras maneiras se ela tem qualidade. As comissões de áreas tiveram acesso e reavaliaram algumas revistas no Qualis entre 2013 e 2016 com base em algumas listas de possíveis veículos predatórios, mas não existe uma lista fechada”, afirma. Segundo ela, o fato de revistas suspeitas eventualmente escaparem do crivo dos comitês não significa que elas resultaram em uma avaliação vantajosa para quem publicou nelas. “A

Prática em crescimento

Evolução entre 2000 e 2015 das publicações de autores brasileiros em revistas tidas como predatórias* por área do conhecimento (em %)



* Incluídas na lista de periódicos predatórios da Universidade do Colorado, ausentes do Diretório de Revistas de Acesso Aberto e sem avaliação de impacto

classificação do Qualis que tem valor é aquela do ano em que avaliação quadrienal é feita e a mais recente foi em 2016. Já aconteceu, por exemplo, na área de zootecnia, de programas de pós-graduação terem a nota rebaixada porque tinham muitas publicações em revistas apontadas como predatórias – mas isso só foi descoberto nos momentos finais da avaliação e os artigos foram desconsiderados”, diz.

Segundo os autores, das cinco revistas suspeitas mais utilizadas por brasileiros, três são de agronomia: o *American Journal of Plant Sciences*, o *International Journal of Food, Agriculture and Environment* e o *Agricultural Sciences*. Também há um periódico de química, o *American Journal of Analytical Chemistry*, e outro de economia, o *Journal of Academy of Business and Economics*.

O interesse do grupo da UFRGS pelo tema surgiu há cerca de cinco anos. “Chamou minha atenção o interesse de pesquisadores que conheço por publicar em uma revista chamada *African Journal of Business*

Management, que havia sido incluída no *Journal Citation Reports*, embora com fator de impacto baixo. Fui pesquisar e descobri que havia denúncias de práticas predatórias. Avisei os colegas e mandei uma carta à Capes comunicando o achado”, afirma Borenstein. A revista, que não está mais indexada em bases internacionais, é editada pela empresa nigeriana Academic Journals. Uma parceria com outro pesquisador da UFRGS, o especialista em métodos quantitativos Marcelo Perlin, permitiu coletar dados da plataforma Lattes e analisá-los.

O estudo fez outras constatações. Não se confirmou a ideia de que pesquisadores jovens e inexperientes são o público principal desses periódicos. Observou-se que, quanto mais antigo era o título de doutor, maior era a probabilidade de o autor publicar em títulos suspeitos. “A má conduta está associada a pesquisadores experientes, que possivelmente têm conhecimento das práticas levianas, mas acham que podem se beneficiar delas.” ■ **Fabício Marques**

Plágio acadêmico derruba ministros checos

Dois ministros do gabinete que governa a República Checa desde junho deixaram seus postos por plagiar trabalhos acadêmicos nos tempos de universidade. Ministra da Justiça por poucas semanas, Tatana Mala, de 36 anos, pediu demissão no início de julho ante as evidências de que suas duas monografias de bacharelado – ela é graduada em direito e em engenharia agrícola – continham trechos copiados de outros trabalhos sem dar o crédito. Um software de detecção de plágio constatou que pelo menos 5% da monografia defendida por Mala em 2011 na Universidade Pan-europeia, em Bratislava, Eslováquia, fora reproduzido de um trabalho apresentado cinco anos antes na Universidade Masaryk, na cidade de Brno, na República Checa – o texto repetia até erros ortográficos do original. Trechos de um livro de referência em direito também foram plagiados. O mesmo problema foi observado na monografia que a ministra apresentou em 2005 na Universidade Mendell, em Brno, sobre influência de condições microclimáticas na reprodução de coelhos. Ela copiou pelo menos 11 páginas de um trabalho sobre o tema apresentado por outro estudante dois anos antes.

Em meados de julho, foi a vez de Petr Krkal, de 53 anos, titular da pasta do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Ele renunciou logo quando se divulgou que três quartos de seu trabalho de conclusão de bacharelado em pedagogia social, defendido em 2007 na Universidade Tomas Bata, na cidade checa de Zlin, foram copiados de outros textos. Com formação secundária em eletrotécnica, Krkal resolveu fazer graduação aos 40 anos de idade, quando já tinha uma carreira política. “Trabalhei duro na minha monografia, mas admito que há irregularidades nela”, disse Krkal, ao anunciar sua demissão.

Para Jan Mach, especialista em tecnologia da informação da Escola de Economia de Praga que ajudou a rastrear os trechos plagiados, casos como os dois ex-ministros hoje são raros, pois a maioria das universidades do país publica na internet as monografias, dissertações e teses de seus alunos e há ferramentas de detecção de plágio disponíveis. “Os trabalhos dos dois ministros foram apresentados em uma época em que o plágio era mais difícil de identificar do que hoje”, disse Mach, segundo o site da Rádio Praga. O primeiro-ministro Andrej Babis, que demorou oito meses para conseguir montar um gabinete de coalizão, disse esperar que os demais ministros não tenham motivos para se preocupar com a originalidade de suas monografias de graduação.



Para monitorar investigações de má conduta

Um relatório divulgado no dia 11 de julho pelo Comitê de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Comuns, a câmara baixa do Reino Unido, sugeriu a criação de um órgão para monitorar as investigações de casos de má conduta realizadas em universidades. A recomendação busca solucionar um problema detectado no relatório, que é a falta de adesão das instituições de ensino superior e pesquisa a diretrizes de integridade científica adotadas no Reino Unido há seis anos. Os parlamentares contataram representantes de 136 universidades e perguntaram se eles divulgavam informações sobre o número de casos de má conduta científica investigados a cada ano, um compromisso de

transparência assumido por todas as instituições em 2012 em um pacto pela integridade científica.

Uma em cada quatro das instituições respondeu que o balanço não era divulgado e algumas justificaram a omissão com o argumento de que esse tipo de informação poderia comprometer sua imagem pública. Países como Austrália e Canadá possuem instâncias para acompanhar investigações e a China anunciou recentemente que irá centralizar essa tarefa no Ministério de Ciência e Tecnologia. “Consideramos crucial estabelecer um comitê nacional de integridade científica”, disse à revista *Nature* Norman Lamb, parlamentar responsável pela organização do relatório.